

Wallace de Góis Silva ¹

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

Resumo

O poder, como objeto de estudo, era geralmente confundido com o próprio Estado, ou com personalidades históricas que exercessem o poder. Michel Foucault, contudo, analisaria o poder em seus mecanismos, a partir de suas relações sociais, capazes de determinar o comportamento do indivíduo. O poder se difunde na sociedade, ampara-se em discursos, determina o sujeito e por ele é determinado. Em *Microfísica do Poder*, a mídia interage com os efeitos de poder e com a formação do sujeito e sua subjetividade.

Palavra-chave: Relações de poder, Poder disciplinar, Verdade, Mídia, Subjetividade.

Abstract

Power, as an object of study, was generally confused with the State itself, or with historical personalities who wielded power. Michel Foucault, however, analyzed power in its mechanisms, from its social relations, in its capacity of determining the behavior of the individual. Power is diffused in society, supported by discourses, it determines the subject, and is determined by it. In *Microphysics of Power*, the media interacts with the effects of power and with the formation of the subject and its subjectivity.

Keywords: Power relations, Disciplinary power, Truth, Media, Subjectivity.

¹ Doutorando em Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Graduado em Filosofia e Teologia e Mestre em Ciências da Religião. Presta assessoria para a Theological Education da Comunhão Anglicana (Londres, UK) e é consultor e redator na produção de materiais didáticos e acadêmicos para empresas como Grupo Laureate do Brasil e Kroton Educacional. E-mail: wallacegois@aol.com

Introdução

Na coletânea *Microfísica do Poder*, reuniram-se textos diversos de Michel Foucault (1926-1984) sobre as relações de poder. Eles explicitam não estar o poder circunscrito a um indivíduo ou instituição que o possua tampouco às intenções de quem o exerce. Importa, isto sim, a interação entre discursos, práticas e mecanismos que constituem o poder e que produzem os indivíduos e seus corpos enquanto sujeito. Esses sujeitos, ao mesmo tempo que são constituídos, estabelecem práticas, discursos, mecanismos.

Na sociedade disciplinar – caracterizada por vigilância contínua dos indivíduos e docilização dos corpos mediante controle minucioso –, ficam ainda mais evidentes essas relações. Nesse cenário, a mídia terá papéis potencializadores do poder vigilante e de construção da verdade e da percepção individual de sujeitos. Contudo, onde houver poder sempre haverá formas de resistência, mesmo na sociedade em que predomine a normalização e o controle microfísico.

Foucault e a *Microfísica do Poder*²

O pensamento de Foucault continua a instigar o nosso olhar, inclusive sobre discussões do cenário atual. A coletânea *Microfísica do Poder*, editada em 1979, reúne produções de Foucault dos anos 70, editado pelo brasileiro Roberto Machado, seu pupilo e referência nas publicações foucaultianas no Brasil. Congrega análises de diversos aspectos – em seus respectivos contextos – das dinâmicas das relações de poder. Os artigos, cursos, entrevistas, debates, diálogos analisam, sob enfoques distintos, instituições disciplinares, movimentos sociais, modelos de dominação, e temas como verdade, poder, corpo, sujeito, governo.

Neste artigo, emprestando-se as lentes de Foucault, parte-se do momento atual, sem perder de vista os diferentes contextos e panoramas. Em Foucault, o poder é difuso, diferentemente da concepção mais usual, sustentada pela imagem abstrata do Estado – substancialmente repressivo, materializado na figura de uma pessoa, o soberano; tampouco é instrumento concreto que se pode possuir e transferir – o poder é seu próprio funcionamento, está na interação, na dinâmica das relações sociais.

² Este artigo é uma versão revisada e adaptada para publicação de uma monografia de pós-graduação (2020). A pesquisa inicial foi realizada em parceria com a advogada e brilhante colega Bruna Cardoso De Nadai. Esta escrita não se realizaria não fossem nossas conversas, pesquisas e discussões, bem como a orientação do Me. Julio Comparini e do Dr. Silvio Gabriel Serrano Nunes, do curso de Formação Política do Estado, da *Escola Superior de Gestão e Contas Públicas* do TCMSP.

Em suma, poder é *relações de poder*, é exercício de poder. Ele se capilariza e se dissemina na sociedade, perpassa o (corpo do) indivíduo³, que é concomitantemente seu produtor e seu produto. O que propõe Foucault é:

Captar o poder em suas extremidades, em suas últimas ramificações, lá onde ele se torna capilar; [...] nas suas formas e instituições mais regionais e locais, principalmente no ponto em que, ultrapassando as regras de direito que o organizam e delimitam, ele se prolonga, penetra em instituições, corporifica-se em técnicas e se mune de instrumentos de intervenção material, eventualmente violentos (FOUCAULT, 2019, p. 282-83).

Ou seja, Foucault sugere não mais “perguntar por que alguns querem dominar, o que procuram e qual é sua estratégia global”, mas investigar “como funcionam as coisas no nível do processo de sujeição ou dos processos contínuos e ininterruptos que sujeitam os corpos, dirigem os gestos, regem os comportamentos” (FOUCAULT, 2019, p. 282-83). É assim que Foucault explicita interesse pelo tema do poder em seu nível mais elementar, primário, simples, exercido no interior de instituições como hospitais psiquiátricos, presídios, escolas, ambientes de trabalho e na interação social entre elas.

Tais instituições tipificarão o modo de operar do poder em determinar a atuação dos sujeitos e, simultaneamente, fazer com que os indivíduos direcionem a ação também de outros, sem, necessariamente, constituírem-se objetos passivos ante uma força que lhes sobrevém.

Note que o poder, para Foucault, não é exclusivo do Estado, ainda que este seja um dos atores com os quais o poder se comunica e é comunicado, e que haja entidades e mecanismos a interagir com o aparelho estatal num nível microscópico, determinando, também, comportamentos individuais.

Foucault, na verdade, se distancia de elaborar uma teoria de Estado. Na entrevista *Poder-corpo*, quando indagado sobre certo negligenciamento do aparelho estatal por se dedicar a investigar os micropoderes, cita a experiência soviética e defende que:

O poder não está localizado no aparelho de Estado e que nada mudará na sociedade se os mecanismos de poder que funcionam fora, abaixo, ao lado dos aparelhos de Estado, em um nível muito mais elementar, cotidiano, não forem modificados (FOUCAULT, 2019, p. 240).

Outro ponto da análise foucaultiana é que o poder não tem um viés unicamente repressivo, característica que usualmente lhe é atribuída em concepção jurídica, mas é,

³ Para um aprofundamento da temática do corpo em Foucault, sugiro o artigo STIVAL, M. L. *Le sujet chez Foucault: du corps-pouvoir à la vie-gouvernement*. Praxis Filosófica, n. 52, p. 225-60, 2021. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/journal/2090/209066863011/html/>> Acesso em: 20 abr. 2021

igualmente, produtor de coisas: proporciona prazer, produz verdades, discursos e subjetividades, cria técnicas de dominação cada vez mais eficazes e econômicas.

Intrinsecamente ligada aos mecanismos de poder está a construção do saber, produzido a partir do regime de verdade definido pela sociedade. Na seção *Verdade e poder*, verdade é o “conjunto das regras segundo as quais se distingue o verdadeiro do falso e se atribui ao verdadeiro efeitos específicos de poder” (FOUCAULT, 2019, p. 53).

Foucault, então, estabelece uma relação triangular entre poder, direito e verdade, estudando os mecanismos existentes entre as regras do direito que definem o poder e os discursos que são produtos desse mesmo poder; discursos que o poder propaga e que são capazes de difundi-lo no interior da sociedade.

Outrossim, como explicitado no texto *Soberania e disciplina*, para se reproduzirem, as relações de poder dependem da criação e transmissão de discursos de poder, já que a conduta social é determinada por regras elaboradas segundo os critérios da verdade construída, a partir da qual somos “julgados, condenados, classificados, obrigados a desempenhar tarefas e destinados a um certo modo de viver ou morrer em função dos discursos verdadeiros que trazem consigo efeitos específicos de poder” (FOUCAULT, 2019, p. 279).

De outro lado, Foucault relaciona direito e poder, indicando o elo entre ambos na criação do conceito de soberania. Descreve os acontecimentos históricos quando da passagem da *sociedade de soberania* para a *sociedade disciplinar*, embora não tenha havido uma sobreposição total entre os modelos. O pensamento jurídico das sociedades ocidentais, desde a Idade Média, voltou-se, portanto, à figura do rei, primeiramente para conferir-lhe legitimidade e, em momento posterior, estabelecer-lhe limites. Nesse sentido, Foucault mencionará os elementos de justificação dos privilégios reais e do dever de obediência.

Atentando-se, entretanto, à relação entre soberano e súditos, Foucault percebe a partir do século 17 o surgimento de outro mecanismo – não mais o da soberania – que se investe sobre os indivíduos e sua conduta, trata-se do surgimento do *poder disciplinar*. Ele se exerce em permanente vigilância dos indivíduos e, diferentemente da soberania, que tinha como preocupação a terra e a produção, a disciplina recai sobre os corpos e suas ações. Se o poder soberano operava por meio do monarca e incidia sobre um grupo inteiro pela exemplaridade da punição, o poder disciplinar se vale do monitoramento contínuo dos corpos individual e social, para torná-los produtivos:

Esse novo mecanismo de poder apoia-se mais nos corpos e seus atos do que na terra e seus produtos. [...] permite extrair dos corpos tempo e trabalho mais do que bens e riqueza. É um tipo de poder que se exerce continuamente através da vigilância e não descontinuamente por meio de sistemas de taxas e obrigações distribuídas no tempo; [...] mais um sistema minucioso de coerções materiais do que a

existência física de um soberano. Finalmente [...] representa uma nova economia do poder, segundo o qual se deve propiciar simultaneamente o crescimento das forças dominadas e o aumento da força e da eficácia de quem as domina. [...]

Esse novo tipo de poder [...] é uma das grandes invenções da sociedade burguesa. Ele foi um instrumento fundamental para a constituição do capitalismo industrial e do tipo de sociedade que lhe é correspondente; esse poder não soberano, alheio à forma da soberania, é o poder disciplinar (FOUCAULT, 2019, p. 290-91).

No cenário da vigilância social constante, Foucault examina o panóptico de Jeremy Bentham, cuja arquitetura permite a visibilidade permanente e integral de todos os indivíduos, Foucault faz uma analogia da sociedade disciplinar. Sua estrutura prisional circular, com uma torre ao centro e repleta de janelas atravessadas pela luz, expõe continuamente os prisioneiros ao vigilante que nem sempre pode ser visto.

Na sociedade, a permeabilidade delega aos próprios indivíduos o controle uns sobre os outros: o vigilante é vigiado. A censura do olhar constante, muitas vezes anônimo, inibe atitudes consideradas contrárias aos interesses sociais, freando toda e qualquer ação nociva. Esse sistema não necessita de grande aporte econômico e nem coerções materiais, pois, com uma quase voluntariedade, cada um controla a si mesmo e a seus pares, aprovando ou desaprovando condutas.

Poder soberano e poder disciplinar permaneceriam concomitantes, respectivamente como fundamento das modernas legislações e da supremacia estatal e funcionariam como instrumento de controle, de coerções que mantêm a unidade e a coesão do corpo social.

A partir dessa construção conectiva entre poder soberano e poder disciplinar vemos Foucault (2019, p. 339) destacar em *O olho do poder*, o papel da mídia na construção da opinião. Acreditava-se, no século 18, que a opinião formaria uma sociedade ideal, justa por natureza, por meio da promoção de um “um tipo de vigilância democrática”. Mas, foi justamente a opinião que inviabilizou a visibilidade total, proposta no panóptico como instrumento de contenção, visto que ela nasce de interesses e perspectivas particulares.

Ora, o panóptico era a ilusão “de quase todos os reformadores do século 18, que deram à opinião uma autoridade considerável”, ou seja, “acreditaram que as pessoas iriam tornar-se virtuosas pelo simples fato de serem olhadas. A opinião era para eles como que uma reatualização espontânea do contrato”. Havia um desconhecimento sobre:

Os *media*, uma materialidade que obedece aos mecanismos da economia e do poder em forma de imprensa, edição, depois de cinema e televisão [...]. No fundo, foi o jornalismo – intervenção fundamental do século XIX – que manifestou o caráter utópico de toda essa política do olhar (FOUCAULT, 2019, p. 339).

No último texto da Microfísica, *A governamentalidade*, a “arte de governar” está relacionada de semelhante modo, às “instituições, procedimentos, análises, e reflexões, cálculos e táticas” no exercício de uma “forma bastante específica e complexa de poder”, cujo alvo é “a população”, mas principalmente por meio da “economia política”, e seus “instrumentos técnicos essenciais” são o que Foucault (2019, p. 429) chama de “dispositivos de segurança”.

Na esteira da “teoria da arte de governar”, ligada à prática econômica do mercantilismo das monarquias, a estatística, isto é, “ciência de Estado”, um método de conhecimento do Estado e de seus elementos. Surge como uma ferramenta de controle e de medição, e transita pelo desenvolvimento do aparelho administrativo monárquico do século 16, nos moldes da soberania.

A população se tornará alvo das preocupações estatais e foco dos modos de governo na modernidade, devido, inclusive ao crescimento demográfico do século 17, da expansão econômica e monetária e do aumento da produção agrícola. A estatística passa a expressar ocorrências no interior das sociedades: número de mortos, de doentes etc. A população, “como fim e instrumento do governo” soberano, inclusive por isso, se tornará “sujeito de necessidades, de aspirações”, é agora “objeto nas mãos do governo” (FOUCAULT, 2019, p. 425).

Contudo, para Foucault, um governo voltado à população não substituiu a sociedade de soberania pela sociedade disciplinar, tampouco esta última deu lugar à sociedade de governo. Antes, permanece a tríade: soberania-disciplina-gestão governamental, pois ainda não existe substituto à soberania enquanto fundamento estatal, e a disciplina continua necessária a uma gestão minuciosa da população.

Mídia, sociedade disciplinar e relações de poder

Foucault, conquanto não tenha conhecido o *boom* tecnológico atual, via o potencial da mídia numa sociedade de visibilidade total. A seus olhos, o monitoramento contínuo já parecia direcionar comportamentos e perpetuar a docilização dos corpos.

Nesta seção, busca-se ler exemplos contemporâneos que parecem reproduzir aspectos da sociedade de soberania-disciplina-gestão governamental em nossa sociedade, especialmente quando a mídia (em suas variadas formas) potencializa ou direciona a vigilância e o controle de pessoas e instituições. A recomendação de Candioto e Couto Neto é perguntar-se até que ponto, nos entremeados do poder do panóptico:

Grupos com posições estratégicas privilegiadas no exercício do poder e definidos por suas posições econômicas utilizam-se de ferramentas eletrônicas, tais como as redes sociais, para obter uma enorme quantidade de informações privilegiadas dos indivíduos usuários dessas redes (CANDIOTO; COUTO NETO, 2019, p. 83).

Assim, os autores refletem sobre como a posse de dados sensíveis permite maior controle das pessoas e reduz sua capacidade crítica. *Pari passu*, a vigilância sobre processos políticos, ações do Estado e a fiscalização das instituições em geral, parecem mais efetivas quando acessíveis à população por esses meios tecnológicos, mostrando a outra face do uso produtivo da posse e divulgação dos dados sensíveis.

Exemplos recentes mostram como a exposição de pessoas e órgãos públicos ou privados é capaz de incitar, acalmar ou neutralizar a opinião pública, dirigindo convicções de particulares ou de poderes públicos. Esse funcionamento lembra o modelo panóptico, em que o ato de vigiar limita os poderes mais imediatos (como o do carcereiro), ao mesmo tempo, em que distribui o controle entre a população, garantindo interesses específicos.

Na análise genealógica, Foucault intui, como vimos, que poder não é substância ou qualidade que se possa adquirir: dá-se nas relações. Não existe por si só: ele se exerce, opera, atua. Para Castro (2005, p. 414), Foucault explicita a especificidade das relações de poder distinguindo-as de outras duas formas de exercícios de poder, a saber: as “capacidades objetivas” e as “relações de comunicação”. Naquelas, é “o [poder] que se exerce sobre as coisas, e que dá a capacidade de modificá-las, utiliza-las, consumi-las ou destruí-las”. Nas relações de informação ou comunicação o exercício de poder funciona com a transmissão de “uma informação por meio de uma língua, um sistema de signos ou qualquer outro meio simbólico”. Relações de poder, por sua vez, são relações entre sujeitos, “modos de ação que não atuam direta e imediatamente sobre os outros, senão sobre suas ações”.

Castro dirá que, mesmo distintas das relações de poder, há um entrelaçamento delas com as capacidades objetivas e as relações de comunicação: quando se ajustam entre si, de acordo com fórmulas explícitas e reflexas, obtém-se uma disciplina. Daí, relações de poder serão “um conjunto de ações que têm por objeto outras ações possíveis; operam sobre um campo de possibilidades: induzem, apartam, facilitam, dificultam, estendem, limitam, impedem” (CASTRO, 2005, p. 414).

Comunicar é uma forma de agir sobre outrem ou de, pelo menos, tentar induzir-lhe a determinada prática. A mídia como instrumento de comunicação, se imbrica com as relações de poder e, quando este é exercido sobre sujeitos sociais, também constitui modos de subjetivação pelos *discursos de verdade*, as relações de poder determinam o que o sujeito é.

Pressupondo mídia como “campo complexo, atravessado por lutas heterogêneas que colocam em jogo a disputa de valores, de interesses políticos e econômicos”, pode-se analisá-

la no espectro das múltiplas relações de poder, inseridas no dito e não-dito (práticas discursivas e não-discursivas), nos dispositivos de produção e nas formulações de verdade; ou, ainda, mediante os “monopólios no sistema de comunicação brasileiros”.

Indagados sobre a ideia de “relações de poder-saber-subjetivação em Michel Foucault”, Franco e Lemos (2013) nos dizem que:

Oligarquias do setor de radiodifusão no país têm estabelecido também mecanismos de dominação no campo da comunicação, ao conseguirem articular um dispositivo que reproduz suas práticas cristalizadas que agem por meio da lógica do comentário de informações rápidas e fragmentadas, repletas de um projeto de banalização do cotidiano; marcada pelo mercado do entretenimento sensacionalista, limitando que outros modos de existência e discursos circulem e ganhem visibilidade, na sociedade brasileira (FRANCO; LEMOS, 2013).

Todavia, parece admissível, partindo da reflexão foucaultiana, reconhecer elementos de resistência e de disputa pelo poder no uso midiático da informação. Nesse ponto, toma-se como dado o fato de um poder central não ser tão facilmente delimitável ou que, em rigor, sequer exista; ou mesmo que diversos focos onde o poder se difunde compartilhem objetivos econômicos. Não é possível falar de um indivíduo ou força nuclear para onde convirjam os focos de poder. Resta, assim, que o exercício do poder se dá em rede e se manifesta de forma difusa, capilar, dinâmica, oculta, ora repressiva, ora propositiva, produtiva.

Nessa relação difusa entre elementos de resistência e disputa pelo poder, a mídia se destaca na disputa discursiva como lugar de verdade. Em *Não ao sexo rei*, Foucault fala do empreendimento de produção e divulgação de discursos que se propõem verdadeiros, inclusive sobre a sexualidade, ocasionando efeitos de miséria:

Vivemos em uma sociedade que em grande parte marcha “ao compasso da verdade” – ou seja, que produz e faz circular discursos que funcionam como verdade, que passam por tal e que detêm por este motivo poderes específicos. A produção de discursos “verdadeiros” (e que, além disso, mudam incessantemente) é um dos problemas fundamentais do Ocidente. A história da “verdade” – do poder próprio aos discursos aceitos como verdadeiros – está totalmente por ser feita (FOUCAULT, 2019, p. 346).

A intuição foucaultiana sobre a difusão do discurso de verdade, parece-nos, mantém relevância ainda em nosso contexto, e encontra correspondências em nossos processos sociais. São exemplos familiares as eleições de 2018 e, pode-se dizer, seus desdobramentos na pandemia da Covid-19, em que se tornou notável a concorrência pelo poder que se concede ao discurso erigido à condição de verdadeiro. A disputa pelo discurso “verdadeiro” se explicita e implica em ações políticas, sociais, individuais, econômicas, e o inverso também é fato: tais aspectos se enredam na própria produção da verdade.

Em ambos os momentos, constatam-se embates entre setores do próprio *establishment*, diferentes níveis de rejeição ou assentimento às mídias tradicionais, a

disseminação de discursos nacionalistas, protecionistas, conservadores em contraste com a defesa de políticas econômicas liberais, globalistas, progressistas, além do papel da religião, trazem em si mesmas a presunção de verdade. Na difusão de ideias que funcionam como verdadeiras, as redes sociais foram exploradas como nunca.

Por óbvio, o amplo acesso à internet e à comunicação em redes sociais, oportunizaram a interação e o inflar ou minorar de toda sorte de informações, comportamentos, opiniões, bem como fomentaria outras discussões entre uma afirmação intransigente da liberdade individual e a responsabilidade coletiva das ações políticas.

Em todo caso, as mídias, principalmente as atuais, são meios de divulgação de interesses políticos e econômicos. Articulam informações re/produzem um saber, um discurso que se sobrepõe aos corpos social e individual.

Recentemente, *digital influencers* (influenciadores digitais) se tornaram notícia pelo desrespeito às determinações sanitárias decorrentes da pandemia, promovendo aglomerações e publicando-as para seus milhões de seguidores virtuais. O julgamento midiático “exemplar”, nesse caso, serviu de reprimenda pública e que constrange preventivamente.

No campo da saúde, a disputa pela verdade nas diversas modalidades de mídia, faz surgirem narrativas que interferem na forma como a população recebe as orientações, inclusive, sobre questões do cenário internacional. Concomitantemente, nas discussões locais, por exemplo, entre quem recusa a vacinação e quem a apoia, as mídias são formadoras de opinião e de indivíduos propagadores delas.

A morte de George Floyd por um policial de Mineápolis, EUA, desencadeou protestos por todo o país, no movimento *Black Lives Matter*. Amplamente “compartilhados” na TV e nas redes sociais, e assim o caso passou a existir concretamente para o mundo, potencializando a articulação entre movimentos antirracistas e por direitos humanos.

Nesses eventos, expuseram-se lacunas na capilaridade, no alcance das mídias tradicionais, consideravelmente portadoras de discursos de verdade. A contestação veio por movimentos populares, partidos políticos de diversos escopos ideológicos, pela circularidade de informações através desses meios alternativos.

Os veículos com maiores recursos econômicos e políticos ocupavam lugar privilegiado enquanto produtores e difusores de discursividades, detendo um saber que lhes conferia poder até de escolher o que (e como) fará algo chegar a nós. Ainda assim se pode falar da circularidade das relações de poder: nas brechas, outras discursividades penetraram e circularam, às vezes com estética modesta e discurso *imediato*, ou seja, de pouca ou

nenhuma mediação. Esse potencial tem sido explorado quase sempre ao limite máximo, sempre na formulação ou manutenção de verdades.

A ideia de poder em rede não deixa de remeter ao aparecimento das “redes sociais” no cenário dominado por jornais, revistas e, mais ainda, pelas redes de televisão e de rádio. Juntas, formam cadeias entrelaçadas de comunicação que se justapõem, se enroscam, se confrontam, competem entre si, criando pontos de encontro e distanciamento, idas e vindas, atados por interesses, objetivos e posições diversas.

O surgimento de meios outros de obter/difundir informações, conhecimentos e leituras de mundo coincidem com certo declínio da voz outrora inquestionável de certo saber científico que obtivera proeminência no Iluminismo. É notável, porém, o prescindir ou mesmo a ausência daquele antes aclamado rigor acadêmico, que perdera muito de seu estatuto em certos ambientes sociais onde imperam o senso comum, e muitas formas de teorias de conspiração, superstições, fundamentalismos religiosos e outras formas de objeção latente ou aberta a qualquer discurso que exija mais do que predisposição ou vontade de acreditar, em especial quando a opinião individual ou de certo grupo pode facilmente se fazer ouvir e difundir.

A crise atual das instituições, a pluralidade epistemológica e ideológica, a transitoriedade das informações, a derrocada do otimismo humanista-liberal, a falta de representatividade e legitimidade democrática da política vigente, o recrudescimento de narrativas sociopolíticas, culturais ou religiosas, a revolução tecnológica da internet e dos *smartphones*, são sinais do nosso tempo e desafiam constantemente às instâncias vigentes de poder.

Observamos, assim que não houve, contudo, queda de um modelo em favor de outro, mas a multiplicação de dispositivos que reclamam “discursos de verdade” e de vozes reivindicando o poder de determinar condutas “por meio de sua linguagem, comportamento e valores”, “são relações constituídas de poder e, portanto, aprisionam os sujeitos” (FERREIRINHA; RAITZ, 2010).

Citando a seção *Verdade e poder* de *Microfísica*, Ferreira e Raitz (2010) explicam esse processo:

Cada sociedade tem seu regime de verdade, sua “política geral” de verdade, isto é, os tipos de discurso que aceita e faz funcionar como verdadeiros..., os meios pelo qual cada um deles é sancionado, as técnicas e procedimentos valorizados na aquisição da verdade; o status daqueles que estão encarregados de dizer o que conta como verdadeiro (FERREIRINHA; RAITZ, 2010).

Com um poder instantâneo de obter e partilhar informações, parte da população antes preterida se pensa autônoma para elaborar, disseminar, reproduzir, agora empoderada pelas inúmeras conexões. Entre boatos, fatos, *fakes* e *news*, vozes difusas de distintas produções discursivas concorrem pelo lugar da verdade, pela sua produção e difusão.

Em contrapartida, as redes sociais promovem nos sujeitos uma hiperexposição de si. O indivíduo está diante de nova dinâmica, em que ter poder é ter de se expor. Nesse ponto, infere-se autonomia para gerar “verdades” ou guardar segredo não só sobre as coisas, mas também sobre si mesmo, sobre sua verdadeira vida, por falar e por estar ou não conforme o exigido no jogo das confissões, que na Microfísica, é tratado em *Sobre a história da sexualidade* (FOUCAULT, 2019, p. 390), muito embora esta noção de confissão perpassasse outras áreas da existência.

Aliás, declarar a suspeição das mídias corporativas é um “poder” que pode ser subscrito tanto por espectros mais à direita ou mais à esquerda na política e na economia. Mas, inescapavelmente, acreditar ou descredibilizar as informações veiculadas pelos dispositivos midiáticos é envidar-se à disputa pela detenção da palavra verdadeira.

A complexa trama entre os veículos de discursos de verdade fez notar revezes interessantes durante a escrita deste artigo (2020-2021). As redes sociais perderam fôlego, ao menos temporariamente, na altercação pela confiança nos dados transmitidos (MARQUES, 2020). Noutro giro, os telejornais, inclusive por assinatura, se tornaram, por algum tempo, as principais fontes de consulta (REUTERS, 2020).

Corpo sujeito: sujeição e subjetividade frente à mídia

Foucault não quer “criar uma teoria de poder”, mas, ao tratar sujeito e sujeição, procura “identificar os sujeitos atuando sobre os outros sujeitos” (FERREIRINHA; RAITZ, 2010) numa relação desigual. Se o poder se torna explícito, abertamente constrangedor, deixa de ser poder, porque o poder se dá nas relações em que se pressupõem liberdade, como Foucault exemplifica numa entrevista de novembro de 1980: “se uso minha idade, minha posição social, o conhecimento [...] para fazê-lo se comportar de determinada forma, não estou forçando você a algo, mas estou deixando-o completamente livre, então, é quando começo a exercer o poder” (FOUCAULT, 2022).

Assim, o deslocamento da arqueologia para a genealogia representa mudanças no enfoque foucaultiano, conquanto tenha mantido a posição “de dissolver a noção substancialista de sujeito em uma rede intrincada de estratégias múltiplas de poder” (SOUZA; FURLAN, 2018). Destarte, como sintetizaram, nas

Arqueologias, o sujeito do saber é dissolvido numa história recheada de descontinuidades; na genealogia, o sujeito político é desconstruído e formado numa rede infinitesimal de saberes e práticas. Agora, teoriza-se o “sujeito” como produto derivado das múltiplas pontuações de poder-saber. Com essa analítica do poder, Foucault mostra o corpo investido de história e poder. O sujeito mais como sujeição (à história, à política) do que como atividade sintética fundadora de mundo (SOUZA; FURLAN, 2018).

De fato, a sociedade disciplinar esboçada no livro *Vigiar e punir* faz “‘docilizar’ e investigar os corpos em suas individualidades” (SOUZA; FURLAN, 2018), dimensão a que Foucault chama de *anátomo-política*. Já na parte final de *A vontade de saber (História da Sexualidade I)*, da *biopolítica*. Nesta oportunidade analisa o alcance do poder sobre o conjunto dos corpos, de um biopoder que se capilariza: supervisiona as minúcias da vida, num modo *microfísico de operar*, que gerencia e controla tanto no nível geral, quanto individual os sujeitos.

A biopolítica, no *Nascimento da medicina social*, é uma iniciativa capitalista para criar um sistema de saúde social, um “controle da sociedade sobre os indivíduos”. Quer, portanto, garantir a saúde dos corpos para poderem produzir. Esse controle:

Não se opera simplesmente pela consciência ou pela ideologia, mas começa no corpo, com o corpo. Foi no biológico, no somático, no corporal que, antes de tudo, investiu a sociedade capitalista. O corpo é uma realidade biopolítica. A medicina é uma estratégia biopolítica (FOUCAULT, 2019, p. 144).

Em *Nietzsche, a genealogia e a história*, Foucault reconhecerá que:

Sobre o corpo [do indivíduo] se encontra o estigma dos acontecimentos passados do mesmo modo que dele nascem os desejos, os desfalecimentos e os erros nele também eles se atam e de repente se exprimem, mas nele também eles se desatam, entram em luta, se apagam uns aos outros e continuam seu insuperável conflito (FOUCAULT, 2019, p. 65).

Nesse corpo se imprimem traços dos eventos que se experimenta, formando os sujeitos, numa ação que é *micro* e é *física*. No fim da seção V, ainda sobre o pensador alemão, Foucault indicará ser o corpo:

Superfície de inscrição dos acontecimentos (enquanto a linguagem os marca e as ideias os dissolvem), lugar de dissociação do Eu (que supõe a quimera de uma unidade substancial), volume em perpétua pulverização. A genealogia [...] está, portanto no ponto de articulação do corpo com a história. Ela deve mostrar o corpo inteiramente marcado de história e a história arruinando o corpo (FOUCAULT, 2019, p. 65).

O corpo ocupa importante espaço em Nietzsche, segundo a reflexão foucaultiana. É tanto expressão concreta de linguagem quanto produto da época em que se inscreve. Tal como a ideia de corpo ou sujeito, não é substância una e invariável, soberana em si mesma: está pulverizado.

Na entrevista *Verdade e poder*, Foucault questiona as definições clássicas de sujeito constituinte ou econômico, e dirá ser preciso se livrar do “sujeito” em favor de uma leitura da trama histórica, ou seja: abandonar o sujeito transcendente, universalmente constituído, identificado facilmente em qualquer época. Sugere, assim, o método da “genealogia, isto é, uma forma de história que dê conta da constituição dos saberes, dos discursos, dos domínios de objeto” (FOUCAULT, 2019, p. 43) para investigar as relações de poder.

O sentido nietzschiano de *sujeito de conhecimento* (FOUCAULT, 2019, p. 93-95) é justamente seu sacrifício: ele entrega sua vida em troca do conhecimento a ser adquirido, como na prática religiosa, ato necessário para se obter um fim mais elevado.

Aquele sujeito – o intelectual – dedicado a conhecer, tinha uma consciência mascarada de neutralidade, supostamente despojada de paixão, em busca apenas da verdade universal. Superar tal premissa permite reconhecer a *vontade de verdade* que não pode ser limitada pela finitude da razão.

Foucault notou, contudo, uma transformação na busca pelo saber e, também, na noção de fixidez de um sujeito apto a receber a verdade. O sujeito de conhecimento se sacrifica pelo saber que se forma, que é dinâmico, contingente. Nas palavras de Foucault: “Trata-se de arriscar a destruição do sujeito de conhecimento na vontade, indefinidamente desdobrada, de saber” (FOUCAULT, 2019, p. 86).

Aliás, esse movimento questiona noções de história linear e abre caminho às discontinuidades, ao parodiar com os “monumentos” da memória de fatos inquestionáveis. Isso é efeito que a própria busca pelo saber provoca no sujeito. Na produção foucaultiana e, mais precisamente, em:

Vigiar e punir [...] se encontra a problematização da genealogia do indivíduo moderno em face de uma complexa malha de dispositivos que se efetivam mediante estratégias de poder. [...] apresenta a emergência da noção de indivíduo situado na fronteira dessas relações. [...] tem, portanto, a ver com uma história do presente. Quem somos nós? Este questionamento desloca o entendimento essencializado da figura do indivíduo em detrimento do campo de estudos cujo foco diz respeito aos acontecimentos históricos e à intensa batalha entre as forças, [...] “Atividade” contra a “Reatividade” (SOLER, 2008, p. 573).

A ideia de microfísica aponta, na relação de sujeição, a multiplicidade e a individualidade de corpos de sujeitos. Desmistificando a figura de um soberano que personifica sozinho a plenitude do poder, Foucault se empenhará em entender *onde o poder se exerce*:

Recordem o esquema do Leviatã: enquanto homem construído, [...] não é outra coisa senão a coagulação de um certo número de individualidades separadas, unidas por um conjunto de elementos constitutivos do Estado; mas no coração do Estado, ou melhor, em sua cabeça, [...] o constitui como tal [...] a soberania, que Hobbes diz ser precisamente a alma do Leviatã. Portanto, em vez de formular o

problema da alma central, creio que seria preciso procurar estudar os corpos periféricos e múltiplos, os corpos constituídos como sujeitos pelos efeitos de poder (FOUCAULT, 2019, p. 283-84).

Na fase da arqueologia, Foucault pensou o desenvolvimento do conhecimento acerca dos sujeitos e os discursos que os delimitam, definem e estabelecem. Já na análise genealógica do poder, reflete que, enquanto as técnicas de dominação e as técnicas discursivas estão em ação, o poder (repressivo ou produtivo) está em exercício; ao mesmo tempo, desloca o olhar ao modo com que o indivíduo se vê, se obedece ou resiste, assimila/rejeita, constrói/assume etc.⁴

Da sujeição à resistência n/à mídia

Em Foucault, o poder é analisado como uma rede dinâmica de práticas. E, onde há exercício de poder, sempre haverá alguma forma de resistência. Contudo, assim como não há um centro de onde emana o poder, inexistente um núcleo de resistência fora dele: tal como é capilar e difuso o poder, o é a resistência às suas manifestações, ora mais densas e facilmente observáveis, ora menos. Mas, tentativas de subversão são inerentes às relações de poder e seu funcionamento.

Sabedor da possibilidade de resistência, o panóptico (que se torna paradigma de técnicas e aprimoramento das tecnologias de poder), incrementou seu modo de coibir insurreições, crimes e imoralidades. Cada vez menos dispendioso e violento, esse sistema de vigilância condiciona os corpos a produzirem atos e discursos convenientes à ordem estabelecida pelo capitalismo.

Contudo, em *Nascimento da medicina social*, as resistências aparecem como “pequenas insurreições antimédicas”: reações violentas à obrigatoriedade de vacinas e às intervenções estatais; ou como “resistência difusa” de fiéis católicos ao sistema público de saúde, ao buscarem curas nas procissões religiosas (FOUCAULT, 2019, p. 168).

Aplicando um sentido mais específico de subjetivação, *Casa dos loucos* exemplifica a experiência de doentes mentais. Aqui, a resistência implica na formação dos sujeitos, na definição de quem são:

A vontade doente, que podia muito bem permanecer inatingível [...] revelará abertamente seu mal pela resistência que opõe à vontade reta do médico; e, por outro lado, a luta que a partir daí se instala, se

⁴ Sujeitos, em Foucault, não existem *a priori*: formam-se enquanto sofrem sujeição, enquanto propõem. Aqui cabe o exemplo do louco e da histérica que desafiavam o saber médico/psiquiátrico sobre razão e desrazão, como na entrevista *A casa dos loucos* (FOUCAULT, 2019, p. 190), passando pelos proletários em *Sobre a justiça popular* (idem, p. 87), no qual os maoístas, ao viverem sua sexualidade, religiosidade ou convicções políticas, constituíram-se sujeitos de direito, de ação.

for bem levada deverá conduzir a vontade reta à vitória, e a vontade perturbada à submissão e à renúncia. Um processo de oposição, de luta e de dominação (FOUCAULT, 2019, p. 168).

Mas, quanto à relação do sujeito com a mídia e suas possibilidades de resistir, a pergunta de Franco e Lemos (2013) revela uma importante face do problema:

Como é possível participar de um jogo contra um adversário que detém um aparato estrutural milionário, como é o caso das famílias Marinho, Saad, Santos, Civita, entre outros? Este é, sem dúvida, um jogo em que as probabilidades de estratégias de resistência encontram-se limitadas, ainda que possíveis e esperadas (FRANCO; LEMOS, 2013).

À guisa de conclusão provisória e para posteriores aprofundamentos, poderíamos propor algumas percepções a respeito das possibilidades de resistência: a popularização de meios de comunicação como redes sociais, blogues, portais de vídeos, plataformas de *streaming*, tocadores de *podcasts*, mesmo que estejam diretamente conectados a grandes corporações, são meios mais acessíveis a certas iniciativas populares ou individuais, ampliam a voz de movimentos sociais, causas populares, divulgam opiniões, ideias e estilos de vida alternativos. Por outro lado, essas empresas constantemente alteram políticas, permissões e medidas de segurança.

O espaço atual do discurso, que é a arena de disputa pela hegemonia, simula plena liberdade para emitir opiniões que se equiparam ao conhecimento científico. As formulações discursivas resultantes podem, sim, ser formas de resistência a um sistema previamente estabelecido. Inclusive a um saber institucionalizado pela mídia, por repartições governamentais ou agências científicas, com ou sem qualquer rigor de apuração dos fatos.

Pensando desde Foucault, a relação com as mídias, quaisquer que sejam, é marcada por procedimentos de sujeição e processos que formam a subjetividade. Em todo caso, as expressões do poder que se dão pela mídia poderão também ser, eventualmente, tomados, socializados, democratizados, manipulados por outras forças, ocasionando, sempre que possível o revés.

Considerações finais

A constituição do sujeito é sempre perpassada pelo poder e as mídias estão ali, nos entremeios das relações de poder, potencializando seus efeitos, produzindo e difundindo “verdades”, enredando, visibilizando, ocultando, contestando, mantendo, destruindo, construindo saberes e lugares outros.

Os recentes acontecimentos, propícios às disputas midiáticas pelo lugar da verdade, demonstram reveses e diversas nuances de potencial para mobilizar, decidir, expor outros modos de vida. Não significa, porém, necessariamente, uma vitória definitiva de minorias ou

de movimentos sociais desta ou daquela orientação ideológica, mas revela a dinâmica, o jogo das relações de poder que estão em constante movimento, perpassando, cedendo ou driblando modelos de governamentalidade, que se destacam ora por algum nível de poder soberano, ora de poder disciplinar, que sempre funcionam em termos biopolíticos.

Mesmo que setores políticos e econômicos criem outras formas de comunicação para desbravar dimensões inexploradas pelo *status quo*, ao invés de operarem uma tomada do poder, haverá, nas relações de poder e nas mídias, provavelmente maior pulverização e conformações ainda mais complexas da rede do poder.

Enfim, para resistir a partir dos nós e das tramas da rede, urge termos consciência da dinâmica e das relações do poder. “Se conseguirmos modificar estas relações, ou tornar intoleráveis os efeitos de poder que aí se propagam, tornaremos muito mais difícil o funcionamento dos aparelhos de [dominação]...” (FOUCAULT, 2019, p. 241).

Há, sim, regiões mais periféricas do poder, onde habitam minorias políticas, sexuais, religiosas, sociais e étnicas, que vislumbram alguma superação do “estado de miséria” produzido por mecanismos que coagem, incitam a produzir, a se sujeitar, que condenam a uma sobrevida imposta por interesses econômicos e políticos que prevalecem sobre o bem-estar social e sobre os corpos dos sujeitos. Mas, a partir mesmo das tramas das relações de poder, que ao engendrarem normalização e controle, também propiciam a insurreição, é que “essas minorias podem também impor resistências”, assumindo “que as relações de força se invertem no devir histórico da humanidade” (YAZBEK, 2020, p. 12).

Referências

CALÇADO, T. Tecnologia e subjetividade: poder e discursividade à luz da Microfísica do poder em Michel Foucault. **Paulus: Revista de Comunicação da FAPCOM**, v. 1, n. 1, São Paulo, p. 77-86, 16 jan. 2017.

CANDIOTTO, C.; COUTO NETO, S. O panoptismo eletrônico virtual e sua ameaça ao exercício da atitude crítica. In: USP. Dossiê especial - Foucault, Políticas da arqueologia: 50 anos de A arqueologia do saber (1969). **Cadernos de Ética e Filosofia Política**. v. 2, n. 35, São Paulo, 2019. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/cefp/article/view/162507/158603>>. Acesso em: 19 ago. 2020.

CARRO, R. Brazil. **Digital News Report**. Reuters Institute for the Study of Journalism. Disponível em <<http://www.digitalnewsreport.org/survey/2020/brazil-2020/>>. Acesso em 15 set. 2020.

CASTRO, E. **El vocabulário de Michel Foucault**. Espanha: Universidad Nacional de Quilmes, 2005. 376 p.

FERREIRINHA, I. M. N.; RAITZ, T. R. As relações de poder em Michel Foucault: reflexões teóricas. In: **Revista de Administração Pública**, vol. 44, n. 2. Rio de Janeiro. Mar./Apr. 2010.

FOUCAULT, M. **Microfísica do Poder**. 10^a ed. Trad. Roberto Machado. São Paulo: Paz & Terra, 2019.

FOUCAULT, M. O poder, os valores morais e o intelectual. [Entrevista concedida a] Michael Bess (novembro de 1980). **IHU Online**, 2022.

FRANCO, A. C. F.; LEMOS, F. C. S. Algumas interrogações sobre o sistema de comunicação no Brasil: mídia e relações de poder, saber e subjetivação. In: **Barbaroi**, n. 38, Santa Cruz do Sul, jun. 2013. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-65782013000100005> Acesso em: 13 set. 2020.

MARQUES, José. *TVs e jornais lideram índice de confiança em informações sobre coronavírus, diz Datafolha*. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, 2020. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/03/tvs-e-jornais-lideram-indice-de-confianca-em-informacoes-sobre-coronavirus-diz-datafolha.shtml>> . Acesso em: 10 ago. 2020.

REVEL, J. **Michel Foucault: conceitos essenciais**. Trad. Maria do Rosário Gregolin, Nilton Milanez, Carlos Piovesani. São Carlos: Claraluz, 2005.

SOLER, R. D. V. Y. Uma história política da subjetividade em Michel Foucault. In: **Fractal**, Revista de Psicologia. vol. 20, n. 2, Rio de Janeiro. Jul./Dez. 2008.

SOUZA, P. F. S.; FURLAN, R. A questão do sujeito em Foucault. In: **Psicologia USP**, vol. 29 n. 3. São Paulo. set./dez. 2018.

YAZBEK, A. C. Acontecimento e crítica em Michel Foucault: dos usos do nietzschianismo na formação de uma contra-história do poder. **Ipseitas**. São Carlos, vol. 6, 122, n.1, jan/jun. 2020. Disponível em: <<http://www.revistaipeitas.ufscar.br/index.php/ipseitas/article/view/363>>. Acesso em: 17 fev. 2020.

Recebido em: 06 de maio de 2022.

Aceito em: 24 de janeiro de 2023.